




CENTRO SOCIAL E CULTURAL
DA PARÓQUIA DE FERREIRIM

CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PARÓQUIA DE FERREIRIM

PRESTAÇÃO CONTAS 2018

1. BALANÇO;
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA;
3. DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA;
4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS;
5. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 013 820,89	940 205,96
Investimentos financeiros	11.1	1 173,43	517,46
		1 014 994,32	940 723,42
Ativo corrente			
Inventários	5	3 694,82	0,00
Créditos a receber	11.2	21 398,55	17 715,10
Estado e outros entes públicos	11.7	7 723,73	10 696,42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	11.3	3 702,13	3 983,04
Outros ativos correntes	11.2	16 609,99	9 714,11
Caixa e depósitos bancários	11.4	28 064,98	99 248,63
		81 194,20	141 357,30
Total do ativo		1 096 188,52	1 082 080,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	206 546,02	206 546,02
Reservas	11.5	46 126,20	46 126,20
Resultados transitados	11.5	444 608,45	508 165,49
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	170 252,28	166 665,08
		867 532,95	927 502,79
Resultado líquido do período		-111 171,18	-63 557,04
Total dos fundos patrimoniais		756 361,77	863 945,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11.9	40 377,28	0,00
		40 377,28	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	161 610,09	75 837,05
Estado e outros entes públicos	11.7	14 340,83	11 734,92
Outros passivos correntes	11.8	123 498,55	130 563,00
		299 449,47	218 134,97
Total do passivo		339 826,75	218 134,97
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 096 188,52	1 082 080,72


 Manuel Aires Loureiro
 N.º de identificação fiscal única Triunfa
 Tânia Kadiere Rosário

Paula Cristine Gomes
 CONTABILISTA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	6	534 796,02	507 042,35
Subsídios, doações e legados à exploração	8	327 739,63	306 867,49
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	143 423,21	130 880,13
Fornecimentos e serviços externos	11.10	217 919,98	213 268,25
Gastos com o pessoal	9	588 688,59	500 599,29
Outros rendimentos	11.11	51 010,27	28 956,54
Outros gastos	11.12	4 182,02	5 276,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-40 667,88	-7 158,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	70 758,14	57 512,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-111 426,02	-64 670,96
Juros e rendimentos similares obtidos	11.13	876,69	1 129,91
Juros suportados	11.13	621,85	15,99
Resultados antes de impostos		-111 171,18	-63 557,04
Resultado líquido do período		-111 171,18	-63 557,04

A Direcção
 Sr. Manuel José de Almeida
 Manuel Pires Loureiro
 Wilson Figueira Lima Triana
 Tânia Madalena Pereira

Paula Cristina Gomes
 Contabilista

Centro Social Cultural da Paróquia de Ferreirim
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes	11.2	581 113,00	546 521,57
Pagamentos a fornecedores	11.6	-344 261,12	-391 577,05
Pagamentos ao pessoal	9	-390 735,25	-374 337,17
Caixa gerada pelas operações		-153 883,37	-219 392,65
Outros recebimentos/pagamentos	11.2/11.8	130 639,14	170 971,95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-23 244,23	-48 420,70
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	-40 397,49	-69 309,95
Investimentos financeiros	11.1	-655,97	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-41 053,46	-69 309,95
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11.9	-6 264,11	0,00
Juros e gastos similares	11.13	-621,85	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-6 885,96	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-71 183,65	-117 730,65
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.4	99 248,63	216 979,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	28 064,98	99 248,63

A Direccas
 Dr. Manuel Aires Loureiro
 Manuel Aires Loureiro
 Manuel Aires Loureiro
 Paula Cristina Gomes
 Contabilista
 Daniela Carolina Pereira

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2018

UNIDADE MONETÁRIA (1)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-mãe						Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais				
POSIÇÃO NO INÍCIO PERÍODO DE 2018	1	206 546,02		46 126,20	508 165,49		166 665,08	-63 557,04	863 945,75		863 945,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2				-63 557,04		-9 912,73	63 557,04	-9 912,73		-9 912,73
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				-63 557,04		-9 912,73	63 557,04	-9 912,73		-9 912,73
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							-111 171,18	-111 171,18		-111 171,18
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Subsídios, doações e legados	5								13 499,93		13 499,93
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2018	6=1+2+3+5	206 546,02		46 126,20	444 608,45		170 252,28	-111 171,18	756 361,77		756 361,77

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Sebastião José de Jesus

Manuel Feres Loureiro

Miguel Miguel Lima Triana

Jânia Nadine Pereira

Paula Cristina Gomes

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-mãe						Resultados líquidos do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais				
POSICÃO NO INÍCIO PERÍODO DE 2017	1 11.5	206 546,02		46 126,20	561 809,09		213 822,82	-53 643,60	974 660,53		974 660,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.5				-53 643,60			53 643,60	-47 157,74		
	2 11.5				-53 643,60			53 643,60	-47 157,74		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-63 557,04	-63 557,04		-63 557,04
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							-9 913,44	-110 714,78		-110 714,78
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5						0,00				
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2017	6=1+2+3+5	206 546,02		46 126,20	508 165,49		166 665,08	-63 557,04	863 945,75		863 945,75

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Paulo Manuel José Soares

Manuel Feres Loureiro

Wilson Miguel Lima Trindade

Paula Nadine Pereira

Paulo Cristina Gomes



CENTRO SOCIAL E CULTURAL
DA PARÓQUIA DE FERREIRIM

CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PARÓQUIA DE FERREIRIM

ANEXO

29 DE MARÇO DE 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	2
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	2
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	4
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Inventários	12
6	Rédito	13
7	Imparidade de Ativos	13
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
9	Benefícios dos empregados	15
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
11	Outras Informações	15
11.1	Investimentos Financeiros	15
11.2	Créditos a receber	16
	- Clientes e Utentes	16
	- Outros ativos correntes.....	16
11.3	Diferimentos	16
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	17
11.5	Fundos Patrimoniais	17
11.6	Fornecedores	17
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	17
11.8	Outros passivos correntes	18
11.9	Financiamentos obtidos.....	18
11.10	Fornecimentos e serviços externos	19
11.11	Outros rendimentos.....	19
11.12	Outros gastos	19
11.13	Resultados Financeiros	20
11.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	20

1 Identificação da Entidade

A Instituição “Centro Social Cultural da Paróquia de Ferreirim” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS-Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede em Avenida de Santo António, nº260, 5100-482 Ferreirim. Tem como atividade principal Apoio Social para Pessoas Idosas com alojamento e atividade secundária Apoio Social para pessoas idosas sem alojamento, para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Prosseguir o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho. Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, às:

- NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

b) Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação contida nas demonstrações financeiras.

c) Comparabilidade das demonstrações financeiras

A informação é comparável com respeito ao período anterior para a maioria das quantias relatadas nas demonstrações financeiras; no entanto, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, foram aprovados novos instrumentos contabilísticos do SNC já referidos na nota 2 a), aplicáveis aos períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, pelo que houve necessidade de se proceder à reclassificação e ajustamentos de algumas rubricas das demonstrações financeiras.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras Itens

que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	0-50
Equipamento básico	3-6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	3-6
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros evidenciados no balanço estão registados ao custo de aquisição, dado que nenhuma das sociedades participadas se considera como subsidiária ou associada.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Subsídios e apoios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Instituição irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

3.2.7 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) as IPSS estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.10 Rédito

  registado pelo justo valor da contrapresta o recebida ou a receber pelas presta o de serviços.   reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) (se aplicável), abatimentos e descontos.

3.2.11 Benefícios dos empregados

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimenta o, subsídio de férias e de Natal, isen o de horário de trabalho, diuturnidades, subsídios de turno, abono para falhas, pr mios e quaisquer outras retribui oes adicionais decididas pelo  rgo de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribui oes para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legisla o aplicável.

As obriga oes decorrentes são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho   prestado, por contrapartida de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legisla o laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vence-se a 31 de Dezembro do respetivo ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos respetivos são reconhecidos similarmente aos benefícios atrás referidos.

Os benefícios decorrentes da cessan a de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

3.2.12 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informa o adicional sobre condi oes que existiam   data do balanço são refletidos nas demonstra oes financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstra oes financeiras.

4 Ativos Fixos Tangíveis

a) Bases de mensura o usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisi o, deduzido das deprecia oes e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisi o inclui o preço da fatura, despesas relacionadas com a aquisi o e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em "condi oes de utiliza o e pronto para uso".

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda / abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data daquela operação, sendo registadas na demonstração dos resultados, nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, respetivamente.

b) Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usados

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	0-50
Equipamento básico	3-6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3-6
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

c) Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo	Aquisições	Abates	Transf.	Correção Valor	Saldo
	31-12-2016					31-12-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	57.755,14	2.650,00				60.405,14
Edifícios e outras Construções	1.350.406,05	56.599,64				1.407.005,69
Equipamento Básico	389.648,38	20.498,36				410.146,74
Equipamento de transporte	133.545,66	19.793,63	25.920,00			127.419,29
Equipamento administrativo	91.154,61	14.402,69				105.557,30
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6.214,90					6.214,90
Investimentos em curso						
Total	2.028.724,74	113.944,32	25.920,00			2.116.749,06
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	618.476,75	27.737,31				646.214,06
Equipamento básico	307.437,28	22.225,51				329.662,79
Equipamento de transporte	113.769,66	7.150,04	17.258,00			103.661,70
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	91.154,61	400,04				91.554,65
Outros Ativos fixos tangíveis	6.214,90					6.214,90
Total	1.137.053,20	57.512,90	17.258,00			1.177.308,10

Descrição	Saldo	Aquisições	Abates	Transf.	Correção Valor	Saldo
	31-12-2017					31-12-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	60.405,14	6.070,00				66.475,14
Edifícios e outras Construções	1.407.005,69	52.026,44				1.459.032,13
Equipamento Básico	410.146,74	38.635,24				448.781,98
Equipamento de transporte	127.419,29	47.641,39	2.500,00			172.560,68
Equipamento administrativo	105.557,30					105.557,30
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6.214,90					6.214,90
Investimentos em curso						
Total	2.116.749,06	144.373,07	2.500,00			2.258.622,13
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	646.214,06	28.675,06				674.889,12
Equipamento básico	329.662,79	26.470,56				356.133,35
Equipamento de transporte	103.661,70	10.812,10	2.500,00			111.973,80
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	91.554,65	4.800,42				96.355,07
Outros Ativos fixos tangíveis	6.214,90	0,00				6.214,90
Total	1.177.308,10	70.758,14	2.500,00			1.245.566,24

5 Inventários

a) Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). O método de custeio usado é o custo médio ponderado.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor entre o custo médio de aquisição ou de realização.

b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017			2018			
	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	130.880,13	0,00	0,00	0,00	147.118,03	0,00	3.694,82
Total	130.880,13	0,00	0,00	0,00	147.118,03	0,00	3.694,82
CMVMC			130.880,13				143.423,21

Descrição	2017		2018	
	Inventário inicial	Inventário final	Inventário inicial	Inventário final
Produtos acabados	0.00	0.00	0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00	0.00	0.00	0.00
Varição da produção		0.00		0.00

6 Rédito

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Tal como descrito na nota 3 deste anexo, o rédito é registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas prestações de serviços. É reconhecido em resultados, líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), quando aplicável, abatimentos e descontos.

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0.00	0.00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	534.346,02	506.242,35
Quotas e jóias	450,00	800,00
Total	534.796,02	507.042,35

7 Imparidade de Ativos

Perdas por imparidade de dívidas a receber

Nos períodos de 2017 e 2018 ocorreram as seguintes variações relativas a perdas por imparidade reconhecidas nos resultados transitados:

Descrição	31-12-2017	Perdas	Reversões	31-12-2018
Imparidades acumuladas de dívidas a receber	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

a) Política contabilística adotada para os subsídios do governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

a) Natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas demonstrações financeiras

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios à Exploração (conta 751 e 752)		
C.R.S.S. – Centro Regional de Seg. Social Acordos Cooperação	320.316,43	303.641,20
I.E.F.P – Instituto de Emprego e Formação Profissional	5.129,35	3.226,29
POAPMC -PAC	2.162,64	
POAPMC-FEAC	131,21	
Total	327.739,63	306.867,49
Subsídios ao Investimento (conta 7883)		
- C.R.S.S	9.134,99	9.134,99
- Subsidio Proder	777,74	8.429,50
Total	9.912,73	17.564,49

9 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos mantiveram-se nos períodos de 2018 e 2017 e totalizam 5 elementos.

Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 45 e em 31/12/2018 foi de 50.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	483.947,04	410.937,58
Indemnizações	0.00	0.00
Encargos sobre as Remunerações	102.491,00	84.008,32
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.133,71	2.150,09
Outros Gastos com o Pessoal	1.116,84	3.503,30
Total	588.688,59	500.599,29

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos noutras empresas	0.00	0.00
Outros investimentos financeiros	0.00	0.00
Fundos de compensação p/ trabalho	1.173,43	517,46
Fundo Reestruturação Setor Solidário (FRSS)	0.00	0.00
Total	1.173,43	517,46

11.2 Créditos a receber**- Clientes e Utentes**

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	21.398,55	17.715,10
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Total	21.398,55	17.715,10

Nos períodos de 2018 e 2017 estão registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2018	2017
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

- Outros ativos correntes

A rubrica “Outros Ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Fornecedores	2.452,03	0.00
Pessoal	249,04	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0.00	0.00
Outros Devedores	13.908,92	9.714,11
Total	16.609,99	9.714,11

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3.702,13	3.983,04
Outros gastos a reconhecer	0.00	0.00
Total	3.702,13	3.983,04
Rendimentos a Reconhecer		
	0.00	0.00

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	2.244,72	2.737,90
Depósitos à ordem	22.370,26	11.767,86
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	3.450,00	84.742,87
Total	28.064,98	99.248,63

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	206.546,02	0,00	0,00	206.546,02
Reservas	46.126,20	0,00	0,00	46.126,20
Resultados transitados	508.165,49	0,00	-63.557,04	444.608,45
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	166.665,08	13.499,93	-9.912,73	170.252,28
Resultado líquido do exercício	-63.557,04	63.557,04	-111.171,18	-111.171,18
Total	863.945,75	77.056,97	-184.235,0575	756.361,77

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	161.610,09	75.837,05
Total	161.610,09	75.837,05

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.723,73	10.290,52
Imposto sobre o rendimento	0,00	405,90
Total	7.723,73	10.696,42
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.876,92	2.048,99
Segurança Social	11.463,91	9.685,93
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	14.340,83	11.734,92

11.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cientes				
Pessoal				
Remunerações a pagar	0	0.00	0.00	-50,00
Cauções	0		0	0.00
Outras operações	0	5.00	0	0.00
Fornecedores de Investimentos	0		0	0.00
Credores por acréscimo de gastos				
Remunerações a liquidar	0	93.700,37	0	79.814,89
Juros a liquidar	0		0	0.00
Cauções	0			0.00
Outros acréscimos de gastos	0	2.037,13	0	0.00
Outros credores	0	27.756,05	0	50.798,11
Total	0,00	123.498,55	0	130.563,00

11.9 Financiamentos obtidos

A conta "Financiamentos obtidos" encontra-se distribuída da seguinte forma:

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários		25.316,94	25.316,94			
Locações Financeiras		15.060,34	15.060,34			
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Total		40.377,28	40.377,28			

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total						

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos		0.00
Serviços especializados	61.165,49	81.813,66
Materiais	44.280,03	28.526,38
Energia e fluidos	56.298,63	56.856,27
Deslocações, estadas e transportes	6.545,10	2.014,35
Serviços diversos	49.630,73	44.057,59
Total	217.919,98	213.268,25

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	23.666,97	5.930,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	174,26	196,73
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Alienações ativos fixos tangíveis		1.338,00
Rendas		0,00
Alugueres de espaços		0,00
Outros		0,00
Outros rendimentos e ganhos		
Correções relativas a períodos anteriores	14.792,03	632,29
Imputação de subsídios para investimentos	9.912,73	17.564,49
Restituição de impostos	0,00	0,00
Imputações finais	0,00	0,00
Outros não especificados	2.464,28	3.295,03
Total	51.010,27	28.956,54

11.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	2.345,92	557,61
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Perdas em inventários		0,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00
Insuficiência de estimativa para impostos	643,18	0,00
Outros não especificados	752,92	4.719,16
Quotizações	190,00	0,00
Donativos	250,00	0,00
Multas e Penalidades	0,00	0,00
Total	4.182,02	5.276,77

11.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	621,85	15,99
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
Total	621,85	15,99
Resultados Financeiros	254,84	1.113,92

11.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, para além do facto acima referido, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lamego, 29 de Março de 2019

A Contabilista Certificada,

Paula Cristina Azevedo Gomes

A Direção,

Manuel Pedro Laureiro
Wilson de Sousa Pereira
Flávio Duarte Nunes
Teresa Maria Pereira
Américo Manuel Santos Gomes



**CENTRO SOCIAL E CULTURAL
DA PARÓQUIA DE FERREIRIM**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018



**CENTRO SOCIAL E CULTURAL
DA PARÓQUIA DE FERREIRIM**



INDICE

I – INTRODUÇÃO	1
1. BREVE APRESENTAÇÃO	1
2. AO SERVIÇO DA REGIÃO E DAS NOSSAS GENTES	1
3. RESPOSTAS SOCIAIS / VALÊNCIAS.....	2
4. LOCALIZAÇÃO / CONTACTOS.....	2
II - ÓRGÃOS EFETIVOS DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PARÓQUIA FERREIRIM.....	3
1. CONSELHO FISCAL.....	3
2. DIREÇÃO	3
3. ORGANOGRAMA DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PARÓQUIA DE FERREIRIM	3
4. ÁREA DE INTERVENÇÃO DO C.S.C.P.F.	4
III - CENTRO DE DIA (C.D.), SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (S.A.D.), ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS (E.R.P.I.), CANTINA SOCIAL E POAMC.	4
ACORDO DE COOPERAÇÃO	4
1. CENTRO DE DIA (C.D.).....	4
1.1 Serviços prestados no C.D.	5
2. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (S.A.D.).....	5
2.1 Serviços prestados no S.A.D.	6
3. ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS (E.R.P.I.)	7
3.1 Serviços prestados na	7
3.2 Plano de Atividades	8
3.3 Obras e melhoramentos.....	18
4. CANTINA SOCIAL	18
5. O POAMC.....	18
6. FORMAÇÃO INTERNA DOS COLABORADORES	19



**CENTRO SOCIAL E CULTURAL
DA PARÓQUIA DE FERREIRIM**

7. INFRAESTRUTURAS.....	19
8. FROTA AUTOMÓVEL.....	19
9. CANDIDATURAS	19
10. DIVULGAÇÃO DO C.S.C.P.F.....	20
VI - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	20
VII – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	21
VIII – EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ATIVIDADE	21
IX – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	21
X – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22



I – INTRODUÇÃO

1. BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Social e Cultural da Paróquia de Ferreirim, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada em 1983, situada na freguesia de Ferreirim, concelho de Lamego e distrito de Viseu. Tem como principal função o apoio à terceira idade.

Esta Instituição, existe devido ao auxílio proporcionado pelas dioceses alemãs de Rottenburg – Stuttgart, Munique, Friburgo Mogúncia e pela Cáritas Portuguesa, pela Fundação Gulbenkien, e graças ao incansável esforço e solicitude de Margarida Osório e Antunes Kleinheinz, com a colaboração do Reverendíssimo Padre Antonino Silva e o povo da Paróquia de Ferreirim.

A abertura deu-se a 3 de novembro de 1986, com Acordo de Cooperação da Segurança Social.

Com o avançar dos anos e a maior procura destes serviços em 1998, a Direção teve necessidade de proceder ao alargamento da infraestrutura, contando com o apoio da Segurança Social.

Atualmente é dirigida por uma Direção e Conselho Fiscal, constituídos por 5 elementos, sendo segundo os estatutos da Instituição o Pároco da freguesia o Presidente da Direção.

2. AO SERVIÇO DA REGIÃO E DAS NOSSAS GENTES

A nossa instituição, de forma serena e discreta, sem ruídos estéreis, vai contribuindo para a economia local, na medida em que:

- apoia devidamente os seus Utentes;
- pratica as mensalidades/comparticipações mais baixas;
- proporciona quase meia centena de postos de trabalho direto;
- cultiva determinados valores e princípios;
- paga devidamente os seus impostos e demais obrigações;



CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PARÓQUIA DE FERREIRIM

- contratualiza bens e serviços na cidade e região o que significa que, de uma forma digna de ser assinalada, o C.S.C.P.F. está ao serviço da promoção das nossas gentes e contribui definitivamente para a economia local.

A nossa instituição quer continuar a crescer e a ser uma referência na freguesia onde está inserida, na sua cidade e na região. Para isso, contamos com o profissionalismo de todos quantos trabalham entre nós.

3. RESPOSTAS SOCIAIS / VALÊNCIAS

Para o atingir da meta atrás referida, o C.S.C.P.F. conta com as seguintes Valências:

- **Centro de Dia (C.D.), Serviço de Apoio Domiciliário (S.A.D.), Estrutura Residencial para Idosos (E.R.P.I.),** prestam os seguintes serviços: Tratamento de roupa, higiene pessoal, higiene habitacional, cuidados de saúde, pequenos arranjos. Funciona todos os dias do ano, das 8h00 às 20h00.
- **Cantina Social-** O C.S.C.P.F manteve o protocolo feito com o Centro Diocesano de Promoção Social, no projeto da Cantina Social. Os serviços são prestados através da valência de Serviço de Apoio Domiciliário (confeção da refeição e o seu transporte) a 6 beneficiários.
- **O POAMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas** – Financiado pelo **Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados (FEAC)**, tem como objetivo primordial apoiar destinatários que se encontram com dificuldades na sua vida.

Consciente da sua identidade e missão e atento às circunstâncias atuais, o CSCPF, pelos membros da sua Direção, apresenta aqui o Relatório de Atividades e de Contas de 2018.

4. LOCALIZAÇÃO / CONTACTOS

O C.S.C.P.F situa-se na Avenida de Santo António nº 260 – 5100-482 Ferreirim Lamego (Junto ao Convento de Santo António de Ferreirim).

Serviços Administrativos: 254 699 479

geral@centrosocial-ferreirimlamego.com

www.centrosocial-ferreirimlamego.com



II - ÓRGÃOS EFETIVOS DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PARÓQUIA FERREIRIM

1. CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Manuel Duarte Pereira

1º SECRETÁRIO: Joaquim Severino Pereira Melo

2º SECRETÁRIO: Armindo Manuel Santos Cardoso

2. DIREÇÃO

PRESIDENTE: Cón. Manuel Jorge Leal Domingues

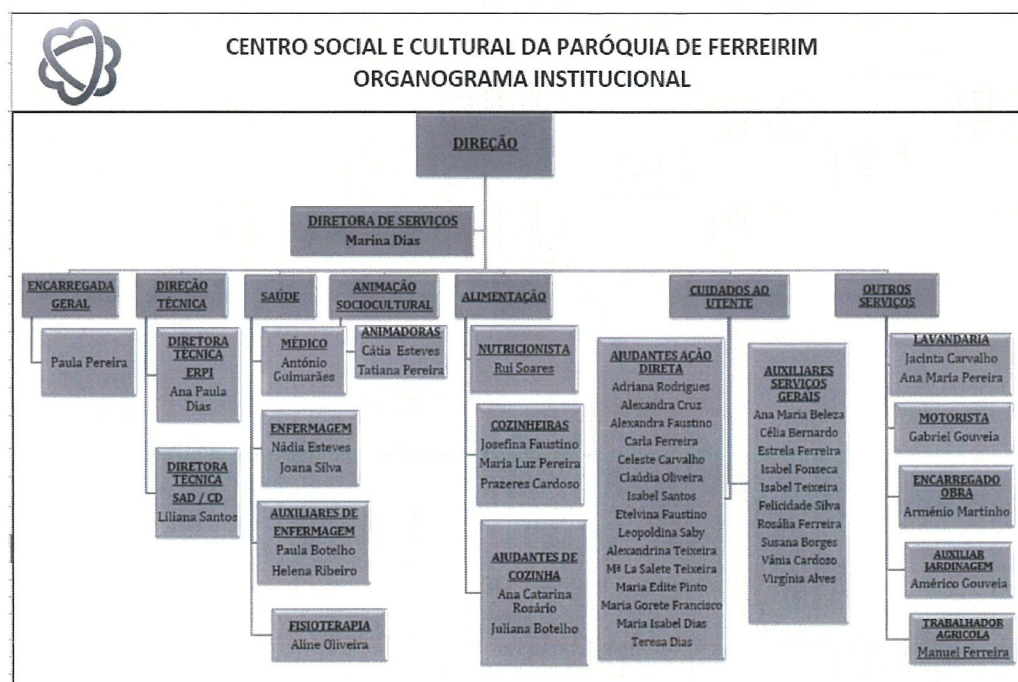
TESOUREIRA: Tânia Nadine Melo Pereira Alves

1ª SECRETÁRIO: Wilson Miguel Lima Teixeira

2ª SECRETÁRIO: Mário da Conceição Pereira

1º VOGAL: Manuel Pires Loureiro

3. ORGANOGRAMA DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PARÓQUIA DE FERREIRIM





4. ÁREA DE INTERVENÇÃO DO C.S.C.P.F.

A área de intervenção da nossa Instituição abrange várias freguesias do concelho de Lamego: Lalim, Cepões, Britiande, Ferreirim, Várzea de Abrunhais, e no concelho de Tarouca: União de Freguesias Gouviães\ Eira-Queimada, União de Freguesias Tarouca\ Dálvares e outras localidades fora destes concelhos.

III - CENTRO DE DIA (C.D.), SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (S.A.D.), ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS (E.R.P.I.), CANTINA SOCIAL E POAMC.

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O ISS, I.P. - CENTRO DISTRITAL DE VISEU
FREQUÊNCIA (DEZ.18)

VALÊNCIA/ RESPOSTA SOCIAL	ACORDO DE COOPERAÇÃO	CAPACIDADE	FREQUÊNCIA
Centro de Dia	15	20	20
Serviço de Apoio Domiciliário	10	30	30
Estrutura Residencial para Idosos	50	50	50
Cantina Social			6
POAMC			33

1. CENTRO DE DIA (C.D.)

O Centro de Dia teve início em novembro de 1986.

É um equipamento que visa a prestação de vários serviços que contribuem para o melhoramento do dia-a-dia da população alvo, prevenindo situações de dependência e promovendo a autonomia dos utentes.

O objetivo principal do Centro de Dia é evitar o isolamento social de forma a combater a solidão, criando relações interpessoais entre utentes, promovendo o convívio e a partilha de conhecimentos, saberes e tradições.



1.1 Serviços prestados no C.D.

- Alimentação (inclusive jantar na instituição);
- Cuidados de Higiene Pessoal e Bem-estar Pessoal;
- Cuidados de Imagem;
- Prestação de cuidados básicos de saúde:
 - ✓ Acompanhamento a consultas externas;
 - ✓ Consultas realizadas pelo médico da Instituição;
 - ✓ Cuidados de Enfermagem;
 - ✓ Preparação e administração da Terapêutica;
 - ✓ Seções de grupo e individuais de fisioterapia;
 - ✓ Apoio e consultas de Psicologia;
 - ✓ Consultas de Nutrição.
- Atividades de animação e socialização;
- Acompanhamento e apoio ao nível psicossocial;
- Auxílio nas atividades da vida diária;
- Tratamento de Roupas;
- Higiene Habitacional;
- Serviços De Transporte.

Horário de Funcionamento

Segunda a Domingo

Horário Alargado	Horário reduzido
08:00h - 20:00	08:00h - 16:30

2. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (S.A.D.)

O Serviço de Apoio Domiciliário teve início em 2000.

Visa proporcionar vários serviços e cuidados de uma forma personalizada e familiar, aos utentes que se encontram nas suas residências, que por motivos de saúde, de dependência física / psicológica ou outro impedimento, não consigam garantir as necessidades básicas e essenciais da vida quotidiana.



O desígnio primordial do Serviço de Apoio Domiciliário é proporcionar melhor qualidade de vida ao utente no seu ambiente familiar e habitacional, estimulando a sua autonomia de forma a retardar ou até evitar a necessidade de recorrer a estruturas residenciais.

São realizadas visitas domiciliárias aos utentes pelo Diretor Técnico deste serviço, mensalmente e sempre que necessário, criando assim uma grande proximidade entre o utente e a Instituição.

Horário de Funcionamento

Segunda a Domingo

14:30h - 18:00

2.1 Serviços prestados no S.A.D.

- Alimentação (inclusive pequeno-almoço e jantar);
- Cuidados de Higiene Pessoal e Bem-estar Pessoal;
- Cuidados de Imagem;
- Prestação de cuidados básicos de saúde:
 - ✓ Cuidados de Enfermagem;
 - ✓ Preparação e administração de Terapêutica;
 - ✓ Seções de grupo e individuais de fisioterapia;
 - ✓ Apoio e consultas de Psicologia;
 - ✓ Consultas de Nutrição.
- Atividades de socialização;
- Acompanhamento e apoio ao nível psicossocial;
- Auxílio nas atividades da vida diária;
- Tratamento de Roupas;
- Higiene Habitacional;
- Serviços de Transporte.



3. ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS (E.R.P.I.)

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas teve início a 3 de novembro de 1986.

Destina-se ao acolhimento coletivo, em situações de risco social, pela perda da independência / autonomia ou pela ausência de retaguarda familiar.

Para que os nossos utentes tenham um envelhecimento ativo, saudável e assistido, estimulamos sempre a sua autonomia para a concretização das suas atividades do dia-a-dia.

Os serviços prestados são personalizados de forma a ir de encontro às necessidades de cada utente, tendo em conta os seus hábitos de vida e os seus interesses para que se sinta confortável, seguro e num ambiente familiar, respeitando o seu projeto de vida.

Procuramos a sua integração, de forma a que se sinta útil, participando nas atividades diárias da instituição.

Relevamos o bom relacionamento e interação do utente com a família.

Horário de Visitas

Segunda a Domingo

14:30h - 18:00

3.1 Serviços prestados na E.R.P.I

- Alojamento;
- Alimentação;
- Cuidados de Higiene e Bem-estar Pessoal;
- Cuidados de Imagem;
- Prestação de cuidados básicos de saúde:
 - ✓ Acompanhamento a consultas externas;
 - ✓ Consultas realizadas pelo médico da Instituição;
 - ✓ Preparação e administração de Terapêutica;
 - ✓ Cuidados de Enfermagem;
 - ✓ Seções de grupo e individuais de fisioterapia;



- ✓ Apoio e consultas de Psicologia;
- ✓ Consultas de Nutrição.
- Apoio e acompanhamento psicossocial;
- Auxílio nas Atividades da Vida Diária;
- Atividades de animação e socialização;
- Aquisição de Produtos de Incontinência;
- Tratamento de Roupa;
- Assistência Religiosa;
- Vigilância 24 horas.

3.2 Plano de Atividades

O Centro Social e Cultural da Paróquia de Ferreirim, proporciona aos seus utentes atividades diárias diversificadas, com o objetivo de tornar o seu dia-dia com momentos mais alegres e divertidos.

As atividades realizadas proporcionam maior qualidade de vida, sentimento de utilidade e um retardamento do processo de envelhecimento.

É importante proporcionar um envelhecimento ativo, saudável e integrado, para que o idoso se sinta com uma autoestima reforçada, com autonomia e desenvolvimento pessoal e social.



**CENTRO SOCIAL E CULTURAL
DA PARÓQUIA DE FERREIRIM**

Plano de Atividades 2018

9



	Objetivos	Atividade	Recursos	Calendário Local	Indicadores
Janeiro	- Comemoração do dia dos reis - Momentos recreativos	Festa dos reis	- Material de desgaste - Identificações - Transporte	Dia: 10 de janeiro Local: Agrupamento de escolas Sudeste-Ferreirim	
Fevereiro	- Promover momentos religiosos e de convívio entre os clientes, colaboradores e comunidade.	Dia Mundial do Doente	- Identificações - Material de desgaste	Dia: 11 de fevereiro Local: Salão de festas da Instituição	- Número de participantes na atividade;
	- Proporcionar momentos de festa e convívio entre os clientes	S. Valentim	- Identificações - Material de desgaste	Dia: 14 de fevereiro Local: Palco do salão de festas da Instituição	- Grau de Satisfação dos clientes face à atividade
	- Proporcionar momentos de festa e convívio entre os clientes	Carnaval	- Identificações - Material de desgaste	Dia: 12 de fevereiro Local: Salão de festas da instituição	
Março	- Promover a autoestima dos clientes	Dia da Mulher	- Identificações - Material de desgaste	Dia: 8 de março Local: sala de estética	- Número de famílias envolvidas; - Grau de Satisfação



				da Instituição	dos clientes face à atividade
- Promover a aproximação com a família	Dia do Pai	- Material de desgaste	Dia: 19 de março Local: Casa de familiares ou Instituição		- Número de famílias envolvidas; - Grau de Satisfação dos clientes face à atividade
- Promover a aproximação do cliente com a natureza	Celebração do Dia Mundial da Árvore	- Material de desgaste	Dia: 22 de março Local: jardim da Instituição		- Número de participantes na atividade; - Grau de Satisfação dos clientes face à atividade



Abril	- Proporcionar um momento de cariz religioso aos idosos	Festa da Páscoa	- Identificações - Material de desgaste	Dia: 16 abril Local: Sala de convívio dos utentes	- Número de participantes na atividade; - Grau de Satisfação dos clientes face à atividade
Maio	- Promover a aproximação com a família	Dia da Mãe	- Material de desgaste	Dia: 6 de maio Local: Casa de familiares ou Instituição	- Número de famílias envolvidas; - Grau de Satisfação dos clientes face à atividade
	- Proporcionar momentos de oração e devoção aos clientes	Comemoração das aparições de Fátima	- Identificações	Dia: 8 a 13 de maio Local: Instituição	- Número de participantes na atividade; - Grau de Satisfação dos clientes face à atividade
	- Proporcionar laços de amizade entre todos - Promover a aproximação com a família	Festa da Família	- Material de desgaste - Identificações - Transporte	Dia: a definir Local: Jardim da Instituição	- Número de famílias envolvidas; - Grau de Satisfação dos clientes face à



					atividade
Junho	- Convívio intergeracional	Dia Mundial da Criança	- Material de desgaste - Identificações - Transporte	Dia: 1 de junho Local: Agrupamento de escolas Sudeste-Ferreirim	- Número de participantes na atividade;
	- Reviver tradições	Marchas populares	- Material de desgaste - Identificações - Transporte	Dia: a definir Local: Lugar do convento	- Grau de Satisfação dos clientes face à atividade
	- Recordar tradições - Convívio entre todos idosos	Sardinhada	- Material de desgaste - Identificações - Lanche/ Jantar	Dia: a definir Local: Jardim da Instituição	- Número de participantes na atividade;
Julho	- Diversão e convívio	Passeio Anual	- Identificações - Transporte -Almoço	Dia: a definir Local: a definir	- Número de participantes na atividade; - Grau de Satisfação



	- Estimular a coordenação motora, flexibilidade e movimento.	Desporto Sénior - Boccia	-Lanche - Identificações - Transporte	Dia: a definir Local: INDE	dos clientes face à atividade
	-Estreitar laços entre avós e netos	Dia dos Avós	- Material de desgaste - Lanche	Dia: 26 de julho Local: Instituição	
	- Promover o contacto com o exterior	Piscinas e parques	- Material de didático - Identificações - Transporte - Lanche	Dia : mês de julho Local: Piscina da freguesia Parques do concelho de lamego e peso da régua	
Agosto	- Convívio intergeracional	Projeto Sorriso dos avós	- Material de didático - Identificações - Transporte / Lanche - Voluntários	Dia: mês de agosto Local: Instituição e outros locais a definir	



	- Proporcionar momentos de oração e devoção aos clientes	Ida à nossa Senhora da Lapa	- Identificações - Transporte - Almoço - Lanche	Dia: a definir Local: Nossa Sr.ª Da Lapa	- Número de participantes na atividade;
Setembro	- Momentos diversão e recordação	Festa de Nossa Sr.ª dos Remédios	- Identificações - Transporte - Lanche	Dia: a definir Local: Nossa Sr.ª dos Remédios	- Grau de Satisfação dos clientes face à atividade
	- Convívio entre idosos proporcionando laços entre todos	Peixinhos	- Identificações - Transporte - Almoço	Dia: a definir Local: Folgosa	
	- Sensibilização dos clientes para a importância do exercício físico e de uma boa alimentação	Dia Mundial do Coração	- Identificações - Material de desgaste	Dia: 26 de setembro Local: Instituição e arredores	
Outubro	- Convívio entre clientes de diversas instituições do concelho	Dia do Idoso	- Identificações - Transporte - Lanche	Dia: a definir Local: a definir	- Número de participantes na atividade;



	- Ação de sensibilização da importância de uma boa alimentação	Dia da Alimentação	- Identificações - Material de desgaste	Dia: 26 de outubro Local: Instituição	- Grau de Satisfação dos clientes face à atividade
Novembro	- Partilha e convívio entre gerações - Reviver a tradição do magusto	Magusto	- Lanche/ Jantar	Dia: a definir Local: Refeitório da Instituição	



Dezembro	- Criar momentos de convívio e viver o verdadeiro espírito Natalício	Festa de Natal	<ul style="list-style-type: none">- Identificações- Material de desgaste- Equipamento de som- Prendas de Natal	Dia: a definir Local: Salão de Festas	- Grau de Satisfação dos clientes face à atividade
----------	--	----------------	---	--	--



3.3 Obras e melhoramentos

Com as constantes exigências por parte da Segurança Social relativamente às infraestruturas, de forma aos espaços serem requalificados, foram realizadas obras na Instituição: o alargamento da cozinha proporcionou mais espaço de trabalho, mais acessibilidades ao nível da deslocação das refeições para a valência de S.A.D.; a ampliação do refeitório veio harmonizar o espaço, a criação de mais janelas proporcionou assim mais luminosidade, uma maior largueza entre mesas; houve a necessidade de alargar as portas dos quartos do piso 0, da Área B, pois é um piso onde se encontra o maior número de utentes de cadeiras de rodas, permitindo assim uma melhor deslocação das cadeiras de rodas e até das macas das ambulâncias.

4. CANTINA SOCIAL

Destina-se a fornecer uma refeição quente e diária a cada indivíduo/ agregado familiar de forma gratuita. Como Instituição de Solidariedade Social com cariz religioso, temos como missão ajudar as pessoas mais fragilizadas que necessitam de apoio social.

5. O POAMC - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

Financiado pelo **Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados (FEAC)**, Inicialmente os produtos alimentares são entregues á Câmara Municipal de Lamego (Entidade Coordenadora) e posteriormente transferidos para o C.S.C.P.F. (Entidade Mediadora), que procede à distribuição dos produtos alimentares aos destinatários selecionados. São realizadas mensalmente reuniões com as equipas do RSI de Tarouca e o RLIS\SAAS de Lamego, onde as técnicas que acompanham as famílias carenciadas sinalizam os destinatários a quem iremos distribuir os produtos alimentares. Este programa tem como objetivo primordial apoiar famílias que se encontram numa situação de carência económica, no momento apoiamos 12 agregados familiares (33 destinatários).



6. FORMAÇÃO INTERNA DOS COLABORADORES

Atualmente, de forma a ir ao encontro das necessidades dos utentes, os serviços prestados são cada vez mais personalizados, sendo assim necessário os colaboradores estarem sempre atualizados das melhores práticas a utilizar no seu dia-a-dia, de forma a se prestar um serviço de qualidade, por isso a instituição disponibiliza formação adequada nas diversas áreas, sendo algumas formações dadas por técnicos da equipa técnica ou quando necessário formadores externos à Instituição.

7. INFRAESTRUTURAS

O edifício do C.S.C.P.F. é um edifício único, mas dividido em duas partes:

- Área A (Parte antiga);
- Área B (Parte Nova);
- Jardim da Instituição;
- Cozinha Regional.

8. FROTA AUTOMÓVEL

O parque automóvel até ao dia 31/12/2018, é composto por 8 viaturas que estão ao serviço do C.S.C.P.F.

Devido ao aumento das valências de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, foi necessário adquirir duas viaturas, para poder dar uma resposta mais satisfatória:

- ✓ Uma carrinha de nove lugares, para transporte dos utentes;
- ✓ Uma carrinha de três lugares, para transporte dos almoços para a valência de S.A.D.

9. CANDIDATURAS

O C.S.C.P.F. encontra-se atento ao surgimento de candidaturas e disponível a abraçar novos projetos que vão de encontro à área de intervenção social e comunitária.



10. DIVULGAÇÃO DO C.S.C.P.F.

É importante para a Instituição promover a divulgação dos serviços prestados, de forma a podermos apoiar pessoas que careçam de cuidados adequados à sua idade de forma personalizada.

De forma a chegarmos a uma população mais alargada, criamos um site institucional e uma página no Facebook, onde se encontram todas as informações de funcionamento necessárias e as atividades planeadas e realizadas.

VI - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido do período foi negativo no montante de 111.171,18 Euros. Para compreender o apuramento deste resultado, importa analisar a Demonstração de Resultados por Natureza da Instituição.

Analisando a evolução de Gastos e Rendimentos verifica-se o seguinte:

- Houve um crescimento na Rubrica de Vendas e Serviços Prestados justificado essencialmente pelo aumento na prestação de Serviços nas Valências de Apoio Domiciliário e Centro de Dia.
- Os subsídios à exploração aumentaram e o aumento mais significativo ocorreu na Valência ERPI-Estrutura Residencial para Idosos.
- As rubricas de Custos e Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas bem como a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos sofreram um aumento, no montante de 9.923,61 Euros e de 7.567,70 Euros, respetivamente.
- Os gastos com o pessoal sofreram um crescimento bastante significativo e o aumento global foi de 88.089,30 Euros.
- Na rubrica de gastos de depreciação e de amortização também se verificou um aumento significativo pois houve investimento em 2018 tendo que se proceder à depreciação de ativos fixos tangíveis, sendo que o aumento foi de 13.245,24 Euros.
- A rubrica de Juros suportados também teve um aumento pois houve necessidade de recorrer a financiamento bancário o que implica o pagamento dos respetivos juros. A Instituição não dispõe de capital próprio para fazer face ao Investimento realizado.



Concluindo, o ano de 2018, foi um ano de investimento, o ativo tangível aumentou 144.373,07 Euros, houve necessidade de reorganização de serviços, sendo necessário rentabilizar o investimento efetuado e reduzir gastos na medida do possível.

VII – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e, ou, divulgações nas contas do exercício.

VIII – EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ATIVIDADE

A Instituição pretende manter a continuidade de todas as valências, apostando na reestruturação, reorganização, redução de gastos e apostando numa melhoria contínua da qualidade e aumento de serviços prestados. Pretende-se também continuar a investir prevendo-se um aumento do ativo fixo tangível.

IX – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º do Código Contributivo, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

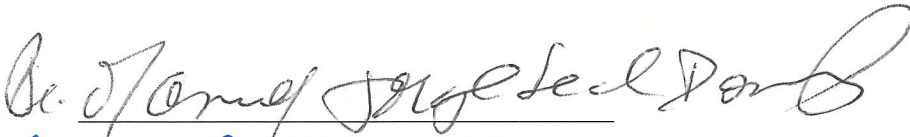


X – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício foi negativo de 111.171,18 Euros (cento e onze mil, cento e setenta e um euros e dezoito cêntimos), o qual se propõe seja levado à conta de Resultados Transitados.

Lamego, 29 de Março de 2019

A Direção,



Manuel Pires Loureiro
